

Nota de Abertura

*Funcionando, uma vez mais, como livro de Actas do Encontro sobre Riscos Naturais realizado em Coimbra no ano anterior, na medida em que publica artigos baseados em comunicações então apresentadas, este décimo número da **Territorium**, no entanto, vai além disso ao publicar artigos com outras proveniências.*

O primeiro dos trabalhos agora vindos a lume corresponde exactamente a uma comunicação apresentada, por solicitação, num colóquio internacional, em Paris. A organização convidou especialistas em riscos de vários países europeus para fazerem um ponto da situação da legislação sobre riscos. A minha comunicação, dado o tempo muito limitado para a sua apresentação, como sempre, aliás, nestas situações, obrigou a uma síntese violenta. Daí que este primeiro artigo mais não seja do que uma escrita rápida sobre um problema de grande importância e em constante evolução, mas que não nos envergonha no confronto com outros países.

Quem diria, porém, que depois de um terrível Inverno de 2001, com inundações gravíssimas, nos surgisse um ainda mais terrível Verão de 2003, com incêndios florestais de uma dimensão superior ao que de pior se conhecia? Quando, pouco depois desta situação catastrófica se publica um texto escrito no ano anterior, que trata em termos teóricos da gestão de uma crise de incêndio florestal, apetece fazer anotações, apetece reescrever tudo. Preferi, todavia, deixar o texto o mais próximo possível do que ficou dito em Paris, deixando ao leitor o trabalho de tirar as suas próprias conclusões.

*Por definição, não há limites para a ciência. A pesquisa na área dos riscos naturais tem-nos, por isso mesmo, levado à procura de novas perspectivas de abordagem e para comemorar o lançamento do 10º número da **Territorium** nada melhor do que entrar por novos caminhos, sem, evidentemente, esquecer os mais clássicos. É certo que já começa a ser clássico dizer-se que os riscos naturais não são exclusivamente naturais. Não admira, pois, que ao tratar dos riscos naturais na Alcobaca Cisterciense, José Pedro Tavares vá mais longe e associe alguns deles a factores de ordem bem pouco natural. Também não admira que António Alberto Jorge Farias Castro, sem deixar de considerar a seca como principal risco natural do Nordeste brasileiro, avance com uma série de riscos que, abertamente, considera antrópicos. Também António*

Carlos Vitte, tratando dos riscos no litoral brasileiro prefere falar dos riscos sócio-ambientais. Torna-se claro que o risco de origem natural é bem inferior ao risco de origem humana, ou seja, em grande parte do litoral brasileiro, bem mais do que noutras áreas de litoral no globo terrestre, o homem e as suas realizações acabam por ficar sujeitos a riscos que resultam de uma interpenetração das más práticas industriais e urbanísticas com as características naturais.

Neste sentido, e depois de um ano que ficou tristemente célebre com a maré negra que se seguiu ao naufrágio do petroleiro Prestige nas costas da Galiza, vem a propósito um pequeno trabalho de Adélia Nunes que evoca alguns casos dramáticos desse tipo, referidos sempre como riscos tecnológicos, mas que se interpenetram com características naturais para se tornarem verdadeiros riscos para áreas concretas do litoral.

Os incêndios florestais, na realidade, comportam-se de modo semelhante em terra. E mais uma vez, Luciano Lourenço se refere a eles, agora num contexto teorizante, na Territorium.

A teorização sobre riscos não pode deixar de continuar a fazer-se. A casuística aumenta. Cada vez há melhores condições para ver onde estão as semelhanças e as diferenças em todas as componentes presentes quando se estudam riscos. Deste modo, considero de grande interesse os artigos de Carlos Bateira sobre a problemática da cartografia dos riscos naturais e de António Amaro sobre a sociologia do risco.

Fernando Rebelo